



DIA MUNDIAL DA ÁFRICA

VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRICANA



LANÇAMENTO

Luís Filipe Narciso
A UTILIZAÇÃO DO GEOGEBRA POR
PROFESSORES DE DUAS ESCOLAS DO
2º CICLO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 40 - Maio de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista:

Ana Paula de Lima

Isaac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho

Andréa Godoy Miyashiro

Célia Maria Batista

Jucélia Maria do Nascimento

Luís Filipe Narciso

Maria Aparecida Armandilha Nunes

Miriam Ferreira

Rosângela Adelina dos Santos Oliveira

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 40 (maio 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 96 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.40

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.39>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Antônio Raimundo Pereira Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

08 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

10 A Vida

Mariana Aparecida Nascimento

11 Saude

Laura Santos Fortunato

12 FORMAÇÕES ONLINE E O LIMITE DE CARACTERES DESAFIOS ATUAIS PARA A AUTORIA DOCENTE

Mirella Clerici Loayza

12 DESTAQUE

DIA MUNDIAL DA ÁFRICA CEU INÁCIO MONTEIRO



ARTIGOS

* Destaque

- | | |
|---|----|
| 1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho | 21 |
| 2. A CRIATIVIDADE INFANTIL POR MEIO DAS BRINCADEIRAS
Andréa Godoy Miyashiro | 29 |
| 3. AS CRIANÇAS E O DESENVOLVIMENTO DA APRECIÇÃO ARTÍSTICA
Célia Maria Batista | 37 |
| 4. AS LINGUAGENS DA ARTE NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Jucélia Maria do Nascimento | 45 |
| * 5. A UTILIZAÇÃO DO GEOGEBRA POR PROFESSORES DE DUAS ESCOLAS DO 2º CICLO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO
Luís Filipe Narciso | 53 |
| 6. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ESPECIALIZADA PARA O ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM TEA
Maria Aparecida Armandilha Nunes | 75 |
| 7. JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS COMO UM DIREITO DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS PRINCÍPIOS: ÉTICOS, POLÍTICOS E ESTÉTICOS
Miriam Ferreira | 81 |
| 8. NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Rosângela Adelina dos Santos Oliveira | 87 |

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ESPECIALIZADA PARA O ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo abordar questões a respeito do TEA Transtorno do Espectro Autista e a importância de uma formação especializada para que as crianças com TEA possam ter uma aprendizagem mais adequada às suas necessidades. A metodologia presente neste artigo é de caráter bibliográfico, com a corroboração de autores que denotam a respeito do TEA e a especialização de profissionais que atuam em sala de aula com as inclusões. Justifica-se o presente tema por perceber que para que as crianças com TEA sejam incluídas na escola, as atividades devem ser adaptadas de acordo com as necessidades individuais do aluno. Conclui-se então que a provisão educacional para crianças com transtorno do espectro autista precisa ter recursos adequados. Todas as escolas regulares devem ensinar as crianças sobre o espectro do autismo e ter o entendimento, os recursos, o treinamento e o apoio especializado para atender às suas necessidades, onde as necessidades de treinamento e recursos não são atendidas, o princípio da inclusão é comprometido.

Palavras-chave: Acolhimento; Aprendizagens; Especialização; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A formação especializada é de extrema importância para o acompanhamento de crianças com TEA Transtorno do Espectro Autista nas escolas, pois as crianças têm necessidades específicas que devem ser atendidas para que ela possa ter um desenvolvimento adequado e uma inclusão escolar efetiva.

Profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, pedagogos e outros, possuem conhecimentos específicos sobre o autismo e suas características, o que lhes permite identificar as necessidades da criança e elaborar estratégias de intervenção adequadas.

Além disso, a formação especializada também permite que os profissionais compreendam as dificuldades que a criança autista pode enfrentar na escola e, conseqüentemente, possam orientar os professores e demais profissionais envolvidos na educação da criança sobre como lidar com essas dificuldades.

Ainda, a formação especializada pode ajudar a evitar o preconceito e a discriminação contra a criança autista, que muitas vezes são resultados de uma falta de compreensão sobre o autismo e suas características.

Por fim, a formação especializada é importante para garantir um acompanhamento efetivo da criança autista, que pode apresentar dificuldades em áreas como a comunicação, a interação social e o comportamento. Com conhecimentos específicos, os profissionais podem desenvolver estratégias personalizadas para atender às necessidades de cada criança, favorecendo seu desenvolvimento e sua participação ativa na escola.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL, A INCLUSÃO, DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO

Os debates a respeito de uma educação especial e a inclusão incluem aspectos epistemológicos, ideológicos, pedagógicos e didáticos sobre a natureza do campo de estudo em que a tomada de decisão está comprometida e modalidades de intervenções psicoeducativas sobre as necessidades dos alunos, famílias e escolas. O que o torna um ramo dilemático e dinâmico.

As atuais políticas educacionais regionais inclusivas têm dado visibilidade e prioridade ao “campo” dos alunos com deficiência (restrições) e/ou com dificuldades de aprendizagem, o que ampliou a análise e o estudo de aspectos dos currículos escolares, nos quais houve avanços extraordinários. Dos currículos específicos para cada restrição ou para a superdotação, o aspecto curricular no Brasil passou por esses períodos ou etapas, que – como camadas geológicas – coexistem no presente: o conceito incompreendido de “adaptações curriculares”, a exclusão de alguns alunos dos sistemas escolares “por não atingir as conquistas curriculares” e as ideias vigentes de um currículo único, ou seja, um mesmo arcabouço curricular para todos os alunos do sistema.

O caminho percorrido vem sendo um caminho de lutas e controvérsias, de “visibilidade” dos direitos das crianças que, durante séculos, foram segregadas. No entanto, as conquistas não foram alcançadas de uma vez por todas, nem na dimensão teórica nem na dimensão das práticas escolares cotidianas.

Nota-se que os movimentos pendulares são frequentes no tema que se investiga neste artigo, pois existem vetores de tensões que atravessam o campo e as discussões. Sem dúvida, há aspectos ideológicos envolvidos, relações de poder, concepção de qualidade educacional, alcance da escolarização, diferenças e igualdade, entre outros.

Dentro dessas discussões, debates e controvérsias, a avaliação diagnóstica adquire uma importância substancial. A avaliação diagnóstica é o que deve nortear as ações dos agentes psicoeducadores e das instituições de ensino. Acredita-se que certas estratégias avaliativas, por exemplo, a psicomетria (medidas da chamada inteligência), darão pistas sobre o que “deve ser feito” na escola.

A utilização de testes psicométricos no contexto escolar pode trazer resultados ineficazes. Atualmente, esses testes (“testes”) não podem mais ser considerados neutros ou objetivos; estão desvinculados do contexto e dos sujeitos que os administram e a quem são administrados. A utilização frequente destes testes deu a entender que esta estratégia promove hipóteses diagnósticas avaliativas que pouco ajudam nas preocupações da escola e, sobretudo, do professor, que é quem tem de desenvolver estratégias pedagógicas adequadas a cada caso. (SIPES, 2012). Além disso, devemos reconhecer que os resultados obtidos por meio desses testes não ajudam o professor a criar modalidades de ensino, nem os ajudam a selecionar conteúdos e desenvolver currículos.

Entre as avaliações diagnósticas protocoladas e o conhecimento do que o aluno realmente precisa – como suportes específicos – para aprender, há uma grande distância e muitas diferenças. Os testes psicométricos de apoio à escolarização são administrados por profissionais de saúde, que repassam os resultados aos professores responsáveis pelos alunos. Esses dados, assim fornecidos, não são suficientes para enfrentar e direcionar a tarefa de sala de aula. Da mesma forma, os diagnósticos das chamadas patologias ou síndromes não dão conta das possibilidades e peculiaridades do aprendizado. É por isso que quem se torna o artífice do plano de ação cotidiano da sala de aula são os próprios professores, que podem indicar as possibilidades de apoio necessárias para trabalhar pedagogicamente com cada aluno.

Na cidade de Dourados, professores especializados construíram um Plano Educacional Individualizado articulado com as necessidades do aluno. Esse plano tem sido o “guia” do trabalho oferecido como Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é o principal serviço voltado para crianças e jovens com restrições ou deficiências, e obedece a um modelo de atendimento diferenciado para eles. A Atenção Educacional Especializada é realizada nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), implantadas em escolas de todo o país desde 2008. Esse atendimento é ponderado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Compreender a construção desse modelo demanda um apanhado histórico da Educação Especial no Brasil.

Na década de 1960, os movimentos sociais começaram a se preocupar com a inclusão de uma parcela da população no ambiente escolar. Mendes (2006) afirma que a inclusão de todos na escola não atende apenas à necessidade de educá-los, mas faz parte de uma luta cujos objetivos são garantir os direitos dos indivíduos considerados “diferentes” e combater a segregação educacional, justificada pela crença de que as necessidades desses sujeitos poderiam ser satisfeitas se recebessem educação em ambientes separados (escolas de educação especial). Hoje, tendo em vista a inclusão escolar de todos, independente de classe social, cor, etnia e necessidades educacionais, essa crença parece um ideal ultrapassado.

Durante muito tempo, os alunos com necessidades educativas especiais foram considerados incapazes de aprender e de se integrar na sociedade. Desta forma, eles foram separados dos demais, estudaram em escolas ou salas especiais e não tiveram chance de ingressar em escolas comuns. Posteriormente, devido ao aumento significativo de profissionais e, sobretudo, à luta dos pais por direitos e melhores e adequadas condições de ensino para esses alunos, iniciou-se a busca por garantias de cumprimento das leis que priorizam os princípios de direitos.

A partir da década de 1990, as declarações internacionais de Salamanca (UNESCO, 1994) reforçou a criação e promulgação de leis que garantissem a esses “novos alunos” o ingresso e a permanência nas escolas comuns. No Brasil, a inclusão escolar e o respeito às habilidades e necessidades de aprendizagem desses alunos são garantidos desde o início da Constituição Federal de 1988.

Dentre as várias medidas tomadas para garantir a inclusão escolar dos alunos que se enquadram no Público Alvo da Educação Especial (POEE), ou seja, que possuem atestado médico de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010), a principal delas foi a criação das Salas de Recursos

Multifuncionais (SRM). Segundo Nota Técnica do Ministério da Educação do Brasil, as SRMs organizam espaços na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que ajudam a promover a escolarização e eliminar as barreiras que impedem a plena participação dos alunos, que são o público-alvo da educação especial, com autonomia e independência, no campo educacional e social (BRASIL, 2010).

O Decreto n. 7.611/11 (Decreto BR, 2011) define as Salas de Recursos Multifuncionais como ambientes dotados de equipamentos, mobiliário e materiais didático-pedagógicos para a oferta do PREPA. De acordo com o decreto, esses espaços devem: I) proporcionar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino comum e garantir serviços de apoio especializado adequados às necessidades individuais dos alunos; II) garantir a transversalidade nas ações de educação especial no ensino comum; III) promover o desenvolvimento de recursos didático-pedagógicos que eliminem as barreiras do processo de ensino e aprendizagem; IV) proporcionar condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Ressalta-se que a luta pela inclusão escolar e pela implantação ou criação de novos métodos de ensino é uma busca constante, que ainda exige a geração de novos caminhos. Diante das possibilidades de discussão sobre esse serviço (Mendes, Cia, & D’Affonseca, 2015), nos deteremos nas práticas avaliativas realizadas no SRM para identificar os alunos “aptos” ao AEE.

DESENVOLVIMENTO DO CÉREBRO NA INFÂNCIA E SUAS ALTERAÇÕES NO TEA

Muitos circuitos neurais são moldados e modificados ao longo do desenvolvimento de acordo com as interações às quais a criança é submetida. Essa capacidade do cérebro de mudar ao longo de seu desenvolvimento é o que levou a ser chamado de trabalho em andamento) (SIEGEL DJ, 2012). Hoje sabemos que o cérebro humano está aberto a mudanças por meio de relacionamentos, que a experiência pode neutralizar a predisposição genética e que novas experiências também podem neutralizar experiências passadas criando novos circuitos neurais.

Por outro lado, sabemos que a experiência mais influente no desenvolvimento do cérebro é aquela adquirida nas relações de apego. Assim como os relacionamentos humanos moldam as vias neurais do cérebro, o cérebro é seletivo ou responde a uma figura de apego.

Como vivem em um mundo muito confuso, é compreensível que crianças autistas tentem se apegar às poucas coisas que conseguem entender. Elas gostam de manter as mesmas rotinas, uma leve mudança pode provocar gritos e acessos de raiva. Também se tornam bastante apegadas a objetos, que podem ser brinquedos comuns ou coisas aparentemente sem atrativos (GAUDERER, 1985, p. 119).

No que diz respeito ao TEA, a pesquisa científica busca marcadores biológicos que permitam a detecção de bebês de risco, por exemplo, marcadores precoces de alterações no desenvolvimento cerebral em relação ao desenvolvimento típico. Espera-se ser capaz de identificar biomarcadores antes que os sintomas comportamentais estejam presentes e, mais especificamente, no futuro, para poder identificar padrões de alteração cerebral relacionada à idade.

Há uma variação notável de sintomas no autismo. As crianças com funcionamento mais baixo são alto de funcionamento e são pouco

mais velhas, seu estilo de vida social é diferente, no sentido de que elas podem se interessar pela interação social, mas não podem iniciá-las ou mantê-las de forma típica. O estilo social de tais indivíduos foi denominado 'ativo, mas estranho, no sentido de que eles geralmente têm dificuldade de regular a interação social após essa ter começado. As características comportamentais do autismo se alternam durante o curso do desenvolvimento (KLIN, 2006, p. 8).

O consenso atual mostra que o espectro do autismo é resultado de uma dada amplitude pela interação de vários fatores e que as diferentes causas biológicas podem ser aplicadas em diferentes indivíduos com autismo. Se for esse o caso, talvez não devêssemos procurar anormalidades genéticas únicas que predisõem ao TEA, mas sim uma interação de diferentes genes relacionados à heterogeneidade clínica da condição.

INTERVENÇÃO PRECOCE

O conceito de intervenção precoce tem sido tradicionalmente aplicado ao conjunto de atividades destinadas a promover o desenvolvimento de crianças pequenas com deficiências ou situações contextuais que violem o desenvolvimento adequado da educação. Inclui desde a prestação de ajuda e serviços adequados até ao acompanhamento e reavaliação ativos durante o desenvolvimento da educação e da sua família. Uma intervenção precoce eficaz significa também intervir no contexto familiar e no sistema de apoio e educação à criança.

A experiência acumulada em programas de intervenção precoce mostra que se as transações sociais cotidianas da parentalidade não forem diretamente alteradas, particularmente na presença de mecanismos que estimulem centralmente ou se desenvolvam sistematicamente, não haverá benefícios quantificáveis em seu desenvolvimento. (CHILDRESS D, CONROY M, HILL C, 2012)

A suposta incurabilidade, o diagnóstico e o encaminhamento tardio, as terapias inadequadas, a não aceitação da família e da sociedade em que vive, torna a vida de quem possui um autista em casa desanimadora. Muitas vezes, a falta de informação e a ausência de profissionais qualificados para atuarem com os portadores da síndrome provocam inércia quanto ao seu tratamento e auxílio educacional, deixando a criança sem vida própria, abstendo-a dos estudos, dos esportes, de tratamento médico, psicológico e outros direitos e cuidados inerentes ao bem-estar infantil. (ARAÚJO, 2019, p.34)

Atualmente, dando grande ênfase à necessidade de detecção precoce e intervenção especializada no TEA, está focada na neuroplasticidade, pois uma experiência relacional projetada para aumentar a atenção social, a comunicação e o compromisso afetivo pode modificar secundariamente o desenvolvimento da função cerebral que está na base. (DAWSON G, JONES E, MERKLE K, 2012).

A intervenção precoce é de extrema importância para o tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois quanto mais cedo a criança receber apoio e tratamento adequados, maiores são as chances de melhorar suas habilidades sociais, de comunicação e comportamentais.

Estudos mostram que intervenções precoces, iniciadas na primeira infância, podem ter um impacto significativo no desenvolvimento da criança com TEA, podendo incluir terapias comportamentais, de fala e linguagem, ocupacionais, integração sensorial, entre outras.

Quanto antes for o diagnóstico e a criança começar o tratamento pode ajudar a reduzir os sintomas do TEA, melhorar a qualidade de vida da criança e de sua família, e aumentar a capacidade da criança para aprender e se envolver com o mundo ao seu redor.

É importante ressaltar que cada criança com TEA é única e pode apresentar diferentes necessidades e habilidades. Por isso, é necessário um tratamento individualizado e adaptado às necessidades de cada criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com TEA, nas escolas tem sido objeto de investigação e discussão contínua nas últimas décadas. A inclusão como um conceito está preocupada com a oferta de educação em todo o mundo estudantil. Sua condição mais importante é a transformação das escolas em estruturas prontas para que possam integrar todos os tipos de alunos.

O autismo tem uma causa complexa e um quadro clínico multinível. As pessoas com autismo em sua maioria têm falta de comunicação e interação social e há isolamento consigo mesmas. Alunos com autismo são um grupo heterogêneo com algumas características comuns. Nos últimos anos, a integração de crianças com TEA tem sido um tema importante na comunidade educativa (ensino geral e especial). Na sociedade, as pessoas devem viver em harmonia e cada pessoa deve respeitar a existência da outra. Assim, isso pode ser feito por meio da aceitação de nossos semelhantes por meio do sistema educacional. Portanto, a escola deve ser um lugar onde há aceitação de todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, L. A. (2019). A importância do diagnóstico precoce. **Canal Autismo**. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/artigos/sociedade-brasileira-depediatria/>. Acesso em 10 mai.2023.
- GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área do especialista aos pais**. São Paulo: Sarvier, 1985.
- KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s3-s11, 2006.
- SIEGEL DJ. **The Developing Mind: How Relationships and the Brain Interact to Shape Who We Are Second**. Edition, Guilford Press: New York, London; 2012.

Maria Aparecida Armandilha Nunes - Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Metropolitana de Santos, em 2014. Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Gennari & Peartree, em 2021. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

Revista **a EVOLUÇÃO**
Ano 19 n. 40 ABR 2023
ISSN 2675-2573

CEU
Centro Educacional Unificado
INÁCIO MONTEIRO

DIA MUNDIAL DA ÁFRICA
VALORIZAÇÃO DA CULTURA
AFRICANA

ROSELI M
SAR A EDUC
R DO TERRIT

www.primeiraev

QR Code

LANÇAMENTO

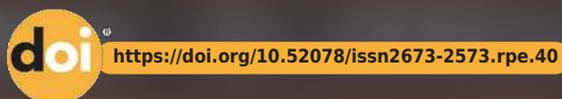
Luis Filipe Narciso
A UTILIZAÇÃO DO GEOGEBRA POR
PROFESSORES DE DUAS ESCOLAS DO
2º CICLO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO

www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho
Andréa Godoy Miyashiro
Célia Maria Batista
Jucélia Maria do Nascimento
Luís Filipe Narciso
Maria Aparecida Armandilha Nunes
Miriam Ferreira
Rosângela Adelina dos Santos Oliveira



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

